

SENADO VOTA 44 PROPOSTAS EM UM DIA. LÍDERES DESTACAM ÊXITO

Líder do DEM, José Agripino afirmou que a Casa demonstrou “compromisso com o país”. Arthur Virgílio, líder do PSDB, aplaudiu o fato de o Senado estar “novamente produzindo” e previu votação de matérias importantes em 2010



Moreira Mariz

Nas galerias do Plenário, representantes dos agentes de saúde aplaudem aprovação de proposta que atribui à União competência para, por meio de lei federal, disciplinar o piso salarial da categoria

PISO E PLANO DE CARREIRA DOS AGENTES DE SAÚDE

Por unanimidade, o Plenário acolheu a proposta de emenda constitucional que abre caminho para criação do plano de carreira e do piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. A matéria vai à promulgação.

VALE-CULTURA RETORNA AO EXAME DOS DEPUTADOS

Devido à aprovação de emendas dos senadores, o projeto do vale-cultura retorna à Câmara. O objetivo da proposta – que garante R\$ 50 para trabalhadores em atividade – é incentivar a frequência a cinemas, teatros e shows e a aquisição de livros, CDs e DVDs.

SIMPLES DA CULTURA ESTÁ PRONTO PARA SE TRANSFORMAR EM LEI

Projeto que vai à sanção inclui produtores e produções artísticas e culturais no sistema tributário denominado Simples Nacional. Artistas e produtores de arte e cultura poderão ser beneficiados com redução de 18% para 6% na alíquota de tributação.

ISENÇÃO DE IMPOSTO PARA MATERIAL ESCOLAR

Mochila, pasta, cola, borracha, agenda, caderno, pincel e artigos escolares confeccionados de plástico são alguns dos materiais que poderão ficar isentos de IPI, PIS, Pasep e Cofins. Proposta do senador José Agripino vai ao exame da Câmara dos Deputados.

UM BANCO PARA DESENVOLVER O CENTRO-OESTE

Projeto de Lúcia Vânia dispõe sobre instalação e funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO). A finalidade desse banco é promover o desenvolvimento e a integração competitiva da região nas economias nacional e internacional.

PÁGINAS 3 A 5

Senado deixa de gastar R\$ 200 mi de seu Orçamento

O Senado economizou este ano R\$ 200 milhões, segundo informou o diretor-geral, Haroldo Tajra. O 1º secretário, Heráclito Fortes, apontou ganhos na renovação de contratos. Se houver acordo, reforma administrativa vai a votação. **3**



Entre Haroldo Tajra e Heráclito, Renato Casagrande preside reunião que discutiu reestruturação administrativa do Senado

Rigor para punir venda de bebida alcoólica a menor

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto de Tasso Jereissati que tipifica como crime vender ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente. A pena pode chegar a quatro anos de detenção, além de multa. **7**

Waldemir Borelio



Kátia Abreu critica resistência dos países ricos à adoção da medida

Kátia Abreu cobra compensação pela proteção a floresta

Uma definição mais clara sobre o Redd – mecanismo idealizado para recompensar os países que protegem suas florestas e, com isso, reduzem a emissão de gases – é a grande expectativa do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que se realiza em Copenhague. A opinião é da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que considera injusta a resistência dos países ricos a esse financiamento.

Em entrevista à Agência Senado, ela se mostrou pouco otimista sobre um acordo em torno do assunto. “Na verdade, não se chegará a acordo algum; eles não entendem que, quando deixamos de degradar o meio ambiente, deixamos de poluir o planeta”, afirmou.

Segundo Kátia Abreu, o Brasil será um dos países mais prejudicados se o Redd não for assegurado na cúpula de Copenhague.

Quando à ideia de se reduzirem os rebanhos para diminuir a emissão de metano, ela advertiu que, se a medida fosse adotada, “haveria o risco de se criar uma elite privilegiada que vai comer carne cara, quando muitas populações do mundo ainda nem conhecem esse alimento”.

Serys: países ricos devem financiar redução de gases

Os países desenvolvidos devem pagar pela redução de gases de efeito estufa e também contribuir para a instalação de parques industriais limpos nos países emergentes e pobres, afirmou pelo Twitter a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), de Copenhague, onde participa da cúpula mundial sobre mudança climática, organizada pelas Nações Unidas.

– Os países ricos já desmatararam tudo e mais um pouco, então não podem exigir o mesmo comprometimento [com a redução dos gases do efeito estufa] dos emergentes e pobres – acredita.

Serys disse que as questões financeiras estão emperrando as negociações e lamentou que a mídia internacional não esteja dando ao nosso país “a atenção que a participação do Brasil merece”.

A senadora ressalta que participa da conferência a convite da organização não governamental Brasil Mata Viva e que a viagem não foi custeada pelo governo brasileiro.

Congresso aprovou ontem ajuste decorrente da inclusão do Minha Casa, Minha Vida no PAC e mais sete dos quase 60 pedidos de créditos adicionais ao Orçamento vigente

Superávit é flexibilizado para incluir programa habitacional

PROJETO APROVADO ONTEM em sessão do Congresso altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010 para permitir a ampliação do valor que o governo poderá abater da meta de superávit primário deste ano, ajuste decorrente da inclusão do programa Minha Casa, Minha Vida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O acordo de votação possibilitou ainda a aprovação de mais sete dos quase 60 pedidos de créditos adicionais ao Orçamento vigente feitos pelo governo nos últimos meses (PLN 90/09). Fixado na LDO em até R\$ 22,5 bilhões, o valor a ser reduzido do superávit poderá chegar agora a R\$ 29,8 bilhões. As despesas do PAC não contam para o cumprimento da meta de economia que o governo deve fazer para pagar os juros da dívida pública, mas o orçamento do Minha Casa estava fora do montante que poderia ser abatido porque a inclusão desse programa no PAC só ocorreu depois que a LDO já vigorava.

O líder do PSDB na Comissão Mista de Orçamento (CMO),



Não houve acordo no Congresso para votação de dois pedidos de créditos negociados

deputado Otávio Leite (RJ), condicionou o apoio de seu partido à flexibilização do superávit para incluir o programa habitacional diante de “compromisso público” do governo ao atendimento de demandas no Orçamento de 2010. Um dos pleitos diz respeito a recursos para compensar estados exportadores pelas isenções tributárias da Lei Kandir.

Outros dois pontos se relacionam à previsão de recursos para aquisições de produtos agrícolas como parte da política de preços mínimos e, ainda, dotações extras para ações na área de saúde, inclusive para o pagamento de atendimento hospitalar de mé-

dia e alta complexidade.

Não houve acordo, no entanto, para votação de dois pedidos de créditos que eram negociados: o PLN 53/09 – que prevê crédito especial de R\$ 23,4 milhões em favor do Ministério da Fazenda e na rubrica encargos financeiros da União –, e o PLN 86/09 – que autoriza gastos de R\$ 98,7 milhões nos ministérios da Previdência Social, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na terça-feira, um primeiro acordo já permitira a aprovação de sete pedidos de crédito que liberaram para diversos órgãos R\$ 282,8 milhões este ano.

Sarney: adesão da Venezuela “é página virada”

O presidente do Senado, José Sarney, considera assunto encerrado as controvérsias suscitadas no Legislativo pelo protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Ao chegar ontem ao Congresso, ele foi lembrado de que discordava da aprovação dessa matéria, mas minimizou o assunto.

– Essa foi uma decisão tomada pelo Congresso depois de longa discussão. Durante um ano, o

projeto tramitou na Câmara. Aqui no Senado, tramitou em várias comissões, houve audiências públicas e foram ouvidos os interessados. Agora, é uma decisão tomada pelo Congresso. É página virada.

Sarney afirmou que sempre sustentou o ponto de vista de que a cláusula democrática exigida pelo Mercosul deixa muito a desejar no que se refere àquele país.

– Essa cláusula democrática, em relação à Venezuela, preocupa muito a todos os integrantes do Mercosul.

O presidente do Senado informou também que dificilmente haverá tempo para a Casa votar o projeto de Lei Orgânica da Polícia Federal e a proposta de emenda à Constituição que acaba com a exigência de separação prévia para a realização do divórcio.

Para Pedro Simon, decisão do Senado foi histórica

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) classificou a sessão plenária de terça-feira, em que o Senado aprovou o ingresso da Venezuela no Mercosul, como histórica. Pouco antes de ser concluída a votação – que teve 35 votos favoráveis e 27 contrários –, Simon fez um apelo aos colegas para que pensassem no longo prazo e não impedissem a participação do país vizinho no bloco econômico por conta das divergências com o presidente Hugo Chávez. O senador disse que também tem “mil

restrições” a ele, mas enfatizou que a visão de integração sul-americana deve prevalecer.

– Eu acho que, para a nossa intenção, para a América, para a América Latina, para o nosso progresso, para o nosso futuro, é bom vir a Venezuela, apesar do seu presidente, porque ele passa logo ali, e o Mercosul e a Venezuela ficam – argumentou.

Simon lembrou o início do processo de integração comercial com a Argentina, liderado pelo então presidente José Sarney, nos anos 80, que foi o



Simon admite que tem “mil restrições” a Hugo Chávez

embrião do bloco econômico regional.

O senador ainda protestou contra a instalação de bases militares dos Estados Unidos na Colômbia.

RETIFICAÇÃO

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux, que preside a comissão encarregada de elaborar um projeto de novo Código de Processo Civil, solicitou ao **Jornal do Senado** que retificasse informação da matéria “Comissão entrega texto preliminar de novo código”, publicada na página 2 da

edição de ontem. Conforme o texto, o ministro teria prometido “a redução do número de recursos judiciais que hoje propiciam ao advogado prorrogar no tempo a solução do processo apenas porque sabe que vai perder o litígio ou porque quer ganhar mais dinheiro”.

O ministro informa que não

utilizou as expressões acima, mas disse que a redução dos recursos propiciará maior celeridade e desestimulará as impugnações, “impondo ao vencido que recorrer e novamente perder o recurso uma nova condenação em despesas processuais e honorários advocatícios”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão deliberativa

O primeiro item da pauta da sessão deliberativa, com início às 14h, é a PEC 32/08, que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Presidência: reunião da Mesa diretora

O presidente do Senado, José Sarney, dirige, às 10h, na sala de audiências, reunião da Mesa diretora. Em seguida, preside sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação de projetos de lei. Às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

CCJ: reestruturação de cargos da Marinha

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina projeto que prevê a reestruturação do quadro de oficiais e de praças da Marinha.

Controle de aves perto de aeroporto

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, às 11h, projeto que estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.

CPI da Petrobras vota relatório final

Às 11h, a CPI da Petrobras dá continuidade a reunião, suspensa ontem, para análise e votação do relatório final sobre investigação de irregularidades envolvendo a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Congresso Nacional realiza sessão conjunta

A sessão do Congresso, marcada para as 10h, é destinada à apreciação de projetos de lei.

CMO: relatórios do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reunião, às 10h, no Plenário 2 da Câmara. Na ocasião, poderão ser votados relatórios do Orçamento para 2010. Às 14h30, examina as proposições em pauta.

Para Agripino, Casa demonstrou compromisso com o país; Virgílio sugere que deliberação sobre reforma administrativa da instituição fique para 2010

Líderes apontam êxito do Senado em votações

O SENADO FEDERAL está encerrando o ano legislativo de forma "exitosa", disse o líder do Democratas, José Agripino (RN). Para o senador, mesmo sendo um "ano sofrido" para a instituição, a Casa demonstrou ter "compromisso com o país", expresso no entendimento entre as lideranças partidárias.

– Tivemos um dia bom, muito positivo, com a votação do vale-cultura – elogiou Agripino, dirigindo-se a Marconi Perillo

(PSDB-GO), vice-presidente do Senado, que presidia os trabalhos do Plenário.

Embora o projeto que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura tenha sido emendado pelo Senado, o que obriga a proposta a retornar para análise da Câmara dos Deputados, Agripino afirmou que deve se obter o melhor de uma proposta na qual o governo abre mão de impostos.

Também o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), cumprimentou Marconi Perillo pela isenção na condução dos trabalhos, assim como exaltou a atuação da 2ª vice-presidente, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

– O Senado está novamente produzindo. Teremos muitas matérias produtivas no início de 2010 – comemorou.

Crise e reforma

Arthur Virgílio mencionou a

crise vivida pelo Senado durante o ano, com diversas denúncias sobre atos secretos que favoreceriam parentes de parlamentares, contratos irregulares relacionados a empréstimos consignados e irregularidades em contratos com empresas de terceirização, que resultaram na proposta de reforma administrativa apresentada pela Mesa diretora.

Para o senador, essa reforma não deve ser votada de "afoga-

dilho", pois, disse, requer um projeto de lei, a escolha de um relator e a discussão com a sociedade em audiências públicas. Para isso, sugeriu que a votação fique para 2010.

– Temos que ir ao sentido grego da palavra crise – dificuldade e oportunidade – de apresentar à sociedade um Senado melhor. Nesse processo de reconstrução da imagem do Senado, não é para se votar de afogadilho – sugeriu Virgílio.

Mudanças devem ser discutidas em reunião da Mesa

A Mesa do Senado deve se reunir hoje, às 10h, para tratar, entre outros assuntos, da proposta de reforma administrativa do Senado. O presidente da Casa, José Sarney, manifestou ontem o desejo de que a matéria seja votada pelos senadores ainda este ano.

O projeto foi apresentado aos senadores em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (veja matéria nesta página).



Haroldo Tajra (E), Renato Casagrande e Heráclito Fortes em audiência na CMA

Heráclito apresenta a comissão proposta de reforma da Casa

Se houver entendimento entre os líderes partidários, o Senado Federal poderá votar, na sessão deliberativa de hoje, o projeto de resolução que altera o regulamento administrativo da Casa. A proposta de reestruturação administrativa, elaborada a partir de estudo encomendado à Fundação Getúlio Vargas, foi apresentada ontem à tarde pelo 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM), em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Na reunião da CMA, Heráclito apresentou um resumo da proposta de regulamento orgânico do Senado. Ele informou que, se a reestruturação for aprovada, a Casa contará com apenas dois órgãos de coordenação e execução superior: a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria-Geral de Administração.

O projeto de resolução também prevê que o Senado ficará com os seguintes órgãos de direção e assessoramento superior: Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Gestão de Pessoas, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamento, Advocacia e Controle Interno. Heráclito informou que as subsecretarias diminuirão das atuais 96 para 31.

– Se houver acordo, a proposta poderá ser votada na quinta. Caso contrário, ficará para o próximo ano. O importante é que cumprimos os nossos prazos e fechamos o texto do projeto de reestruturação – afirmou Heráclito Fortes.

O presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), antecipou que estudará o texto do projeto junto com sua assessoria para decidir se tem ou não condições

de participar de sua votação. Casagrande convidou a imprensa a também se pronunciar durante a audiência pública, que praticamente se transformou em uma entrevista coletiva.

Mudanças

Adriana Vasconcelos, de *O Globo*, indagou se não causaria prejuízo o fato de o texto da reforma ter sido divulgado sem que a Fundação Getúlio Vargas tivesse se pronunciado sobre ele. Heráclito respondeu que as modificações promovidas foram tratadas com a FGV. A repórter afirmou que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), teria dito que não aceita votar o projeto de reestruturação sem uma ampla discussão.

Já o repórter Adriano Ceolin, da *Folha de S. Paulo*, observou que um projeto com tantos artigos e que envolve uma expressiva quantidade de recursos financeiros não deveria ser votado de uma maneira tão rápida. Na mesma linha, a jornalista Rosa Costa, de *O Estado de S. Paulo*, lembrou que toda a população teve acesso ao projeto elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, por meio do site do Senado. Essa mesma transparência não estaria ocorrendo com a proposta final, que já pode ser votada na quinta-feira.

– Ninguém vai votar nada de afogadilho. Há uma proposta finalizada que só vai ser votada se houver conveniência. Não existe obrigação de o projeto ser votado este ano. Sei que o fato de termos cumprido o prazo para entregar o projeto está magoando muita gente. Queriam chamar a Mesa de negligente, de embromadora. O projeto está pronto e foi distribuído – respondeu Heráclito.

Senado gasta R\$ 200 milhões a menos que previsto no Orçamento

O Senado vai fechar o balanço deste ano com um total de despesas R\$ 169 milhões inferior ao de 2008. Com relação ao volume de gastos previsto para este ano, a economia foi de R\$ 200 milhões.

Ou seja: em vez de solicitar créditos suplementares, artifício comum na administração pública, o Senado gastou R\$ 200 milhões a menos do que a ele estava reservado no Orçamento da União.

Os números foram fornecidos pelo diretor-geral, Haroldo Tajra, durante audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– Essa é uma economia na boca do cofre, como se diz – ilustrou o diretor-geral.

Haroldo Tajra também antecipou que, a partir do próximo ano, o Senado implantará seu sistema de controle de frequência e de cumprimento de hora extra.

Em uma primeira etapa, isso se dará mediante a digitação de uma senha pessoal nos próprios

computadores de trabalho. Esse modelo permanecerá até que seja realizada licitação para a implantação de terminais para leitura de impressão digital. O ponto será registrado a partir dessa identificação pessoal.

Contratos

Respondendo a questionamento do presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES), o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que está em andamento o processo de avaliação e renovação dos diversos contratos que a Casa mantém.

O senador explicou que alguns contratos de terceirização de serviços tiveram que ser prorrogados em virtude de limite de prazos.

– A não prorrogação, nesses casos, significaria a suspensão do serviço. Tivemos que desmarrar uma burocracia com a qual a Casa vivia há 14 anos. Mesmo os contratos que foram prorrogados, alguns por 60 e outros por 90 dias, eles o foram com valores reduzidos e sem perder a eficiência – comentou.

Eleitos senadores da Comissão Representativa

O Plenário do Senado definiu ontem a relação dos senadores que vão participar da Comissão Representativa do Congresso Nacional entre 23 de dezembro deste ano e 1º de fevereiro de 2010.

Esse colegiado, composto por 16 deputados federais e 16 senadores, e igual número de suplentes, responde por uma série de competências durante os períodos de recesso parlamentar, definidas no Regimento Comum.

Os senadores que vão integrar a Comissão Representativa são os seguintes:

Bloco de apoio ao governo: João Ribeiro (PR-TO) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Suplentes: Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Maioria (PMDB/PP): José Sarney (PMDB-AP) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Minoria (DEM/PSDB): Adelmir Santana (DEM-DF) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Suplentes: Demostenes Torres (DEM-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

PTB: Epitácio Cafeteira (PTB-MA). Suplente: Gim Argello (PTB-DF).

PDT: Cristovam Buarque (PDT-DF).

A Câmara dos Deputados ainda vai oficializar seus representantes na Comissão Representativa.

Valadares quer plebiscito para uma "Constituinte revisional"

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) protocolou ontem, na Secretaria-Geral da Mesa, projeto de decreto legislativo convocando plebiscito para consultar os eleitores sobre a realização de uma Assembleia Constituinte Revisional Exclusiva. Ela teria poder para rever os dispositivos constitucionais referentes aos sistemas de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), político-eleitoral e tributário do país.

O plebiscito deverá ser realizado em 2010, em conjunto com as eleições para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. A aprovação do plebiscito deverá ser por maioria simples dos votos. Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a elaboração de instruções para a consulta.

De acordo com o projeto, a convocação da assembleia,



Valadares

caso aprovada, será feita por emenda na qual constará que os constituintes serão inelegíveis por prazo a ser definido.

Valadares argumenta haver hoje expressiva discussão na sociedade, entre os especialistas, nos meios de comunicação e no Parlamento sobre a necessidade de realização de reformas que ajudem a superar problemas como os casos repetitivos de corrupção.

– A reforma política é necessária e, com ela, é preciso agregar a discussão sobre o melhor sistema de governo para o país. São questões que caminham juntas", afirmou o senador. Segundo ele, há chances de crescimento das adesões à introdução do sistema parlamentarista (já rejeitado em consultas à população em 1963 e 1993), "se for realizada uma campanha consistente de esclarecimento".

O Plenário votou ontem 44 projetos, entre proposições legislativas, indicações e autorizações de empréstimos. O exame de extensa pauta foi possível após acordo de líderes para encerrar a sessão legislativa. A galeria foi ocupada por agentes comunitários de saúde e de combate a endemias que acompanharam as votações

Material escolar pode ter isenção de IPI, PIS e Cofins

Artigos escolares ficarão isentos da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Projeto com esse objetivo, aprovado ontem pelo Plenário, seguirá agora para exame da Câmara dos Deputados. A proposição também reduz a zero a alíquota da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre a receita bruta decorrente da venda do material escolar.

O autor do projeto (PLS 160/07), José Agripino (DEM-RN), justificou sua iniciativa argumentando que a isenção de impostos resultará na redução dos preços, ajudando a manter na escola estudantes de baixa renda.

Emendas

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentaram emendas que excluem caneta esferográfica, caneta e marcador com ponta de feltro e lápis dos incentivos tributários. Além disso, restringem os benefícios previstos no projeto apenas aos produtos fabricados no Brasil. Suprimem artigo que reduzia a zero a alíquota da contribuição de PIS/Pasep e Cofins na importação dos demais produtos escolares já beneficiados pela proposição.

O objetivo dos senadores é preservar a indústria nacional do setor de eventuais prejuízos decorrentes dos benefícios fiscais concedidos. Segundo Arthur Virgílio, manter na condição de isenção tributária produtos importados acarretaria o perecimento de empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus.

O projeto seria examinado apenas pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberia decisão terminativa. Como não houve consenso em relação a essas alterações e o prazo regimental para apresentação de emendas já havia se esgotado, por decisão negociada – inclusive com Agripino –, a proposição foi a Plenário.

Senado aprova vale-cultura e projeto volta à Câmara

OS SENADORES APROVARAM, em votação simbólica, o projeto de iniciativa do presidente da República que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.

Conforme o projeto (PLC 221/09), o vale tem caráter pessoal e intransferível, é válido em todo o país, dará acesso a produtos e serviços culturais no âmbito do Programa de Cultura do Trabalhador e deverá ser oferecido às pessoas com carteira de trabalho assinada e que têm renda mensal de até cinco salários mínimos. O projeto volta agora para a Câmara dos Deputados, devido à aprovação de emendas de senadores.

O objetivo é incentivar o trabalhador a frequentar cinemas, teatros, museus, shows e exposições, e também adquirir livros, CDs e DVDs, entre outros produtos culturais. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta foi aprovada

com emenda do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para incluir periódicos entre produtos que podem ser adquiridos com o vale-cultura.

De acordo com o projeto, o vale-cultura será de R\$ 50 por mês para os trabalhadores em atividade. Os aposentados terão direito a R\$ 30 mensais. Até 10% do valor do vale-cultura poderá ser descontado da remuneração desses trabalhadores, de acordo com a proposta.

Quando esses trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos tiverem sido atendidos, os com maior renda também poderão receber o benefício. Nesse caso, o desconto poderá ocorrer em percentuais entre 20% e 90%, de acordo com a respectiva faixa salarial, na forma do regulamento.

As empresas que declaram Imposto de Renda com base no lucro real poderão aderir ao vale-cultura e terão direito

a deduzir até 1% do imposto devido. A relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente do colegiado, destacou que o projeto poderá incentivar a produção artístico-cultural, bem como contribuir com a geração de emprego e renda. Além de CAS e CCJ, a Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE) já havia aprovado a proposta.

No Plenário, mais de 15 senadores elogiaram o projeto e comemoraram o acordo de lideranças para sua aprovação. De acordo com eles, o vale-cultura vai democratizar o acesso a bens culturais, incentivando o consumo cultural por parte de parcelas da população que não têm condições de pagar um ingresso de cinema, por exemplo. Além da democratização da cultura, os senadores concordaram que o projeto vai fortalecer a cadeia produtiva cultural brasileira.

Setor deve ser incluído no Simples Nacional

Proposta que cria o chamado Simples da Cultura mediante a inclusão dos produtores e das produções artísticas e culturais no sistema tributário denominado Simples Nacional foi aprovada ontem pelo Plenário. Segundo Aloizio Mercadante (PT-SP), os artistas e produtores de arte e cultura serão beneficiados com uma redução na alíquota de tributação de 18% para até 6%.

O projeto precisa ser sancionada ainda este ano para surtir efeitos em 2010. Durante a discussão, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), adiantou que a matéria conta com o apoio do Executivo e deve ser sancionada este mês pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De autoria do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), a proposta (PLC 200/09) foi aprovada em regime de urgência.

O texto altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/06) para permitir que produções cinematográficas, audiovisuais, artísti-

cas, culturais, peças musicais, literárias, de artes cênicas, visuais ou cinematográficas, bem como suas exposições e apresentações, sejam enquadradas na tabela do Simples Nacional.

A relatora da matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senadora Ideli Salvatti (PT-SC), afirmou que a iniciativa apenas irá restaurar uma condição fiscal que os produtores artísticos já detinham na reformulação da Lei Geral das Empresas, o que ocorreu com a Lei Complementar 128/08. Observou que o setor artístico também contribui significativamente para a economia, já que responde por 5% do PIB nacional.

Adelmir Santana (DEM-DF), que apresentou uma emenda de redação ao texto aprovado pelo Plenário, afirmou que o setor artístico vem sendo penalizado, pagando mais impostos do que deveria.

O Simples da Cultura recebeu diversas manifestações favoráveis, como a de Arthur Virgílio (PSDB-AM), para quem o cuidado com a cultura acaba benefi-

ciando indiretamente o povo brasileiro. Ainda expressaram apoio à aprovação Renato Casagrande (PSB-ES), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Osmar Dias (PDT-PR), Marisa Serrano (PSDB-MS), José Agripino (DEM-RN), Gim Argello (PTB-DF), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Direitos autorais

Durante a discussão da proposta, Marcelo Crivella (PRB-RJ) chamou a atenção para a necessidade de o Congresso Nacional também dar apoio aos artistas, aprovando legislação que obrigue o pagamento correto dos direitos autorais. Conforme o senador, várias empresas de entretenimento desrespeitam esse direito, como a Rede Globo, que não estaria recolhendo ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) os valores corretos dos direitos autorais.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), contestando a informação de Crivella, disse que a Rede Globo vem depositando o dinheiro em juízo, por discordar do percentual arbitrado, e questionando os valores na Justiça.



Agentes de combate a endemias e comunitários de saúde acompanham votação de PEC que abre caminho para criação de plano de carreira e de piso

PEC abre caminho para piso nacional de agentes de saúde

O PLENÁRIO APROVOU, por unanimidade, proposta que abre caminho para a criação do plano de carreira e do piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. A PEC 54/09 atribui à União competência para, por meio de lei federal, disciplinar o piso nacional e tratar das diretrizes para a categoria.

Como explicou Patrícia Saboya (PSB-CE), relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), isso não seria possível se a responsabilidade sobre a carreira desses profissionais continuasse vinculada aos demais entes federativos.

Já encaminhei à Câmara projeto de lei que institui piso salarial de R\$ 930 para os agentes de saúde. Hoje, não existe unificação de salário. Depende da renda do município e alguns são muito pobres. Por determinação constitucional, eles só não podem receber menos de um salário mínimo – explicou.

Patrícia afirma que, no mérito, a proposta faz justiça ao relevante papel exercido pelos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias no Sistema Único de Saúde (SUS). “Seu trabalho é um dos mais efetivos fatores contribuintes para a melhoria dos indicadores

de saúde da população brasileira registrada nos últimos anos. São mais de 300 mil profissionais em atividade em todo o país. Cada um deles acompanha, por mês, cerca de 150 famílias. Projeções indicam que mais de 340 milhões de visitas são realizadas a cada ano”, assinala.

Aprovada pela manhã na CCJ, a PEC foi votada em dois turnos no Plenário, o que quebra de interstícios, e segue agora à promulgação. Durante a discussão, vários senadores disseram que a votação da PEC era uma forma de homenagear os agentes, cujo trabalho tanto contribui para a saúde pública no país.

Plenário aprova nove indicações presidenciais e rejeita uma

O Senado aprovou nove indicações presidenciais para cargos em agências reguladoras e outros órgãos (veja quadro ao lado). Houve, porém, rejeição à indicação de Paulo Rodrigues Vieira para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), que recebeu 25 votos favoráveis, 26 contrários e 1 abstenção.

Ao protestar contra a rejeição, Magno Malta (PR-ES) e Cícero Lucena (PSDB-PB) disseram que a sugestão do nome de Vieira foi feita pelo presidente Lula, contra a vontade do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que “se mobilizou para derrotar a indicação”.

Quatro desses indicados foram

sabatinados, na terça-feira, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Na ocasião, Jarbas José Valente, indicado para o Conselho Diretor da Anatel, defendeu “foco especial” ao acesso em banda larga à internet. Geraldo Lourenço Neto, indicado para o Dnit, defendeu a construção de novos trechos ferroviários. Quanto aos dois indicados para a diretoria da Aneel, Edvaldo Alves de Santana citou entre os principais desafios do setor elétrico questões ligadas a tarifas, preservação do meio ambiente e segurança regulatória; e Julião Silveira Coelho defendeu a criação de conselhos de consumidores de energia.

Agências reguladoras

Os nomes aprovados, com seus cargos e instituições, são os seguintes:

Jarbas José Valente , membro do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
Edvaldo Alves de Santana , diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
Julião Silveira Coelho , diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
Vicente Andreu Guillo , diretor da Agência Nacional de Águas (ANA)
João Gilberto Lotufo Conejo , diretor da Agência Nacional de Águas (ANA)
Geraldo Lourenço de Souza Neto , diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)
Fernando de Magalhães Furlan , conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)
Ricardo Machado Ruiz , conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)
Alexsandro Broedel Lopes , diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Outros projetos aprovados

PLC 186/09	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila e dá outras providências. Da Presidência da República. Vai à sanção.
PLC 24/09	Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional . Do Deputado Gustavo Fretet (PSDB-PR). Vai à sanção.
PLS 248/06	Dispõe sobre a contribuição assistencial . Do senador Paulo Paim (PT-RS). Vai à sanção.
PLC 131/08	Dispõe sobre funcionamento e organização das cooperativas de trabalho . Do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). Vai à Câmara.
PLC 306/09	Cria cargos de analista, inspetor e agente executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários . Da Presidência da República. Vai à sanção.
PLS 177/07	Veda a dispensa de empregado sindicalizado que seja membro ou candidato de conselho fiscal . Do senador Paulo Paim (PT-RS). Vai à Câmara.
PLC 148/08	Inclui os vales dos rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) . Do deputado Carlos Brandão (PSDB-MA). Vai à sanção.
PLC 158/09	Fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos conselhos regionais de Educação Física . Do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ). Vai à sanção.

Conselho de Administração da Suframa terá mudanças

Foi aprovado pelo Plenário do Senado projeto de lei complementar de autoria do Poder Executivo que altera a composição e finalidades do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). De acordo com o texto, a composição do conselho deverá se adequar às alterações na estruturação governamental que resultaram na criação, desmembramento e extinção de ministérios. Além disso, o projeto estabelece como finalidade do conselho definir diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidas no setor.

A proposição (PLC 136/08 – Complementar) determina que o Conselho de Administração da Suframa passará a contar com 25 conselheiros, abrangendo representantes do estado do Amapá, que se incorporarão aos do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

LRF poderá limitar gastos com pessoal e encargos sociais

Projeto que limita as despesas com pessoal e encargos sociais da União até 2019 foi aprovado ontem pelo Plenário, com emendas. De Romero Jucá (PMDB-RR), a proposta (PLS 611/07 – Complementar), que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, segue para a Câmara. Apresentadas pelo próprio Jucá, as emendas de redação atualizam alguns prazos, tendo em vista que o projeto “demorou certo tempo para ser votado”. Pela proposta, do exercício financeiro de 2010 (o prazo original era 2007) até o término de 2019 (o texto antes previa 2016), a despesa com pessoal e encargos sociais da União para o Legislativo, Executivo e Judiciário não poderá exceder, em valores absolutos, o valor liquidado no ano anterior, mais 2,5%. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que há “degradação fiscal” nos últimos meses do atual governo e que o projeto em questão é “uma contribuição para conter a irresponsabilidade administrativa”.

Acordo entre Mercosul e Israel recebe aval do Senado

O Plenário aprovou os textos do Acordo-Quadro de Comércio e do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Israel. O relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que o primeiro, de caráter genérico, traça as linhas gerais do relacionamento comercial e pode ser dobrado em protocolos para cumprimento das diretrizes. Já o segundo, disse, baliza a liberdade de comércio entre as partes, basicamente estipulando a isenção recíproca de tarifas de importação. Trata-se de um acordo para abertura de mercado de bens com uma cláusula que prevê a possibilidade, no futuro, de acesso a mercado de serviços e investimentos. O acordo de livre comércio cobre as áreas de comércio de bens, salvaguardas e de cooperação técnica, tecnológica e aduaneira, entre outras.

Recriada superintendência para fiscalizar fundos de pensão

O Plenário aprovou projeto de iniciativa do Poder Executivo que recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), vinculada ao Ministério da Previdência. Em 2005, o governo editou medida provisória com o mesmo objetivo. Porém, depois de aprovada pela Câmara, a MP perdeu validade por não ter sido votada pelo Senado no prazo constitucional de 120 dias. Como já havia passado pela Câmara e os senadores não promoveram alterações, o projeto (PLC 136/09) vai à sanção presidencial.

A Previc vai fiscalizar e supervisionar os fundos de pensão e executar políticas para o regime da previdência complementar fechado. Para isso, poderá aplicar penalidades, expedir instruções e procedimentos para o cumprimento das normas e efetuar autorizações que hoje são atribuição da Secretaria de Previdência Complementar.

Proposta sobre banco para o Centro-Oeste volta à Câmara

Proposta que dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO), criado por ato das disposições transitórias da Constituição, foi aprovada em Plenário. Como o substitutivo ao PLS 303/08 sofreu modificações, retornou à Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto aprovado, o BDCO terá prazo de duração indeterminado, com área de atuação restrita a Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, e sua sede será em Brasília. A matéria é de Lúcia Vânia (PSDB-GO). Pelo texto final aprovado na CCJ, que acata emenda de Plenário, o Executivo ficará autorizado a constituir o BDCO nos termos da Lei 4.495/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, e da regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Autorizados 15 empréstimos para União, estados e prefeituras

Foram aprovados pelo Plenário 15 projetos de resolução que autorizam contratação de empréstimos pela União, estados e municípios. Todos vão à promulgação. Tomarão os empréstimos: prefeitura de Santa Maria – RS (US\$ 13,95 milhões); estado de Minas Gerais (US\$ 40 milhões); estado de Alagoas (US\$ 195,45); Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (US\$ 150 milhões); estado de Minas Gerais (US\$ 10 milhões); prefeitura de Maringá – PR (US\$ 13 milhões); estado de São Paulo (US\$ 4 milhões); prefeitura de Manaus – AM (US\$ 50 milhões); estado da Paraíba (US\$ 100 milhões); prefeitura de Rio Grande – RS (US\$ 8,1 milhões); prefeitura de Fortaleza (US\$ 33,066 milhões); Ministério do Meio Ambiente (US\$ 24,3 milhões); estado de Pernambuco (US\$ 190 milhões); prefeitura de Santos – SP (US\$ 44 milhões); e estado de Santa Catarina (US\$ 50 milhões).

Projeto aprovado pela CDR estabelece pagamento de valor equivalente ao da tarifa para quem não puder embarcar devido à venda de bilhetes aéreos em excesso

Passageiro poderá receber indenização por *overbooking*

O PASSAGEIRO DE transporte aéreo que deixar de embarcar por problema de *overbooking* – venda de bilhetes pela empresa aérea em número superior ao de poltronas da aeronave – poderá ser indenizado em valor equivalente ao da tarifa do trecho considerado, sem descontos. Proposta nesse sentido, aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), prevê ainda que a indenização seja paga imediatamente após a empresa negar o embarque, em moeda nacional ou na forma de crédito, a critério do passageiro.

O projeto (PLS 114/04), da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), foi votado na forma de substitutivo do relator *ad-hoc*,



Serys é autora da proposta votada em decisão terminativa

Roberto Cavalcanti (PRB-PB), que rejeitou três outros projetos similares, que tramitavam em conjunto. O texto foi aprovado em turno suplementar e em decisão terminativa.

Segundo o texto acolhido, a indenização não exige a empresa de garantir ao passageiro prejudicado o direito ao transporte previsto no bilhete, o que poderá ser usufruído na forma de reembolso do valor do bilhete, endosso da passagem ou acomodação em outro voo – o que deverá ser feito em até quatro horas após o horário de embarque.

A CDR também aprovou requerimento do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) para realização de audiência pública sobre radioterapia no Brasil e a evolução tecnológica para o tratamento do câncer. Serão convidado para o debate o ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, e especialistas.

Comissão divulga balanço das atividades em 2009

Um balanço das realizações do ano foi apresentado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC). Em 2009, a comissão realizou 31 reuniões, tendo aprovado 27 projetos de lei, sendo três oriundos da Câmara dos Deputados e 24 de autoria de senadores (oito em decisão terminativa e 16 não terminativos).

Entre essas propostas, destacam-se o projeto que pune as empresas aéreas pela prática do *overbooking*, o que estabelece legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbano (PLS 49/09) e a emenda de Plenário ao PLS 303/08, que autoriza a criação da agência de fomento para a região Centro-Oeste, que passará a ser denominada “Banco de Desenvolvimento do

Centro-Oeste”.

A CDR realizou nove audiências públicas para debater a plataforma do turismo brasileiro, a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) em cem anos de existência, o Plano Estratégico de Recursos dos rios Tocantins e Araguaia e o trabalho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), entre outros temas.

ONCB: Faltou livro didático para cegos este ano

Durante este ano, alunos da rede pública com deficiência visual ficaram praticamente sem livros didáticos, o que prejudicou o aprendizado. A denúncia foi feita pelo presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB), Antonio José Ferreira, durante audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Alfredo Weiszflog, presidente da Fundação Dorina Nowill para Cegos, defendeu a união entre os setores público e privado para atender à demanda por esses livros. Flávio Arns (PSDB-PR), que presidiu a reunião, disse que a CDH levará a denúncia ao Ministério da Educação (MEC).

O representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Moisés Bauer, lamentou que o



Antonio José Ferreira (E), Moisés Bauer e Flávio Arns em audiência pública na CDH

MEC tenha entregado parte da produção de livros didáticos para cegos aos 55 centros de apoio pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAPs), que, segundo ele, não possuem condições técnicas para produzir todo o material em tempo, como fazem entidades

com largo conhecimento no setor. Sinara Zardo, do MEC, garantiu que os CAPs irão cumprir o cronograma de produção dos livros de forma a atender à demanda e que o MEC manterá todas as parcerias já existentes com entidades como a Fundação Dorina Nowill para Cegos.

CAS debate saúde ocular e prevenção da cegueira

A saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão foram debatidas em audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por Flávio Arns (PSDB-PR).

O presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), Paulo de Arruda Mello, destacou a dificuldade de acesso à consulta com um oftalmologista. Ele disse que, mesmo o Brasil dispondo de 15 mil oftalmologistas, falta um plano de carreira no setor público que os atraia.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Francisco Batista Júnior, disse que o Sistema Único de Saúde (SUS) é o “maior patrimônio social” da sociedade brasileira. Ele assinalou que o SUS foi pensado para ser um sistema efetivo e universal de saúde – que só é possível se for público, pois não pode ser viabilizado pela lógica de mercado –, e não de tratamento de doenças. “Hoje, há uma inversão de valores e cerca de 95% dos procedimentos cirúrgicos são feitos por convênio com a rede privada”, afirmou.

O presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB), Antonio José Pereira, disse que o acesso aos oftalmologistas precisa ser mais bem trabalhado nas emergências dos hospitais públicos. “Nas óticas é fácil, porque junto com a consulta oferecem a venda dos óculos”,



Paulo de Arruda: falta um plano de carreira para os oftalmologistas no setor público

alertou. Também afirmou que muitas pessoas estão cegando apenas por falta de informações e reclamou do alto preço dos remédios. Ele ainda se queixou da falta de informativos do Ministério da Saúde escritos em braille, como o cartão para exame pré-natal e material sobre doenças sexualmente transmissíveis.

A coordenadora de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Érika Pisaneschi, acatou a sugestão e salientou que desde 2007 o ministério disponibiliza o programa Olhar Brasil, para identificar crianças e idosos que precisem de óculos. Além disso, há R\$ 39,1 milhões destinados à implantação de 75 serviços de reabilitação visual, mas falta os estados e municípios encaminharem projetos: atualmente há apenas dez deles no Ministério da Saúde.

Augusto destaca benefícios a pessoas com deficiência

Ao elogiar a realização da 5ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que está sendo promovida nesta semana pelo Senado, Augusto Botelho (PT-RR) lembrou ontem que o Congresso Nacional já aprovou diversos projetos de lei visando beneficiar as pessoas com necessidades especiais.

– O Congresso não está indiferente à luta pelos direitos dessas pessoas – afirmou.

Entre outras propostas transformadas em lei, o senador citou a Lei 10.048/00, que concede prioridade de atendimento a pessoas portadoras de deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo em repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos.



“O Congresso não está indiferente à luta pelos direitos dessas pessoas”

Também mencionou a Lei 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e a Lei 10.182/01, que restaurou a isenção do IPI na aquisição de automóveis destinados ao uso de pessoas com deficiência física.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Sadi Cassol • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Destruir documento de CPI será crime

O extravio ou a destruição de documento que esteja sendo investigado por comissão parlamentar de inquérito (CPI) passarão a ser considerados crimes, com pena de reclusão de dois a cinco anos, se o fato não constituir crime mais grave. O projeto (PLS 263/05) foi aprovado pela CCJ em decisão terminativa. Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que a apresentação da proposta foi motivada pela divulgação de notícias sobre a queima de documentos feita pela empresa DNA Propaganda, quando investigada pela CPI dos Correios, em 2005. "Conduzidas como essa maculam gravemente os trabalhos investigativos do Parlamento", afirmou.

Ação contra estupro mesmo sem queixa

Os crimes sexuais que resultarem em lesão corporal grave ou morte serão passíveis de ação penal pública incondicionada – quando o Ministério Público é obrigado a fazer a denúncia à Justiça mesmo que não haja queixa da vítima. A medida consta de proposta (PLS 475/09) aprovada pela CCJ, em decisão terminativa. O autor do projeto, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), busca corrigir o que considera um equívoco legal: a possibilidade de ficar impune o estupro contra pessoa maior de 18 anos do qual resulte lesão grave ou morte se não houver representação da vítima ou de quem esteja habilitado a fazê-la em seu lugar.

Lei orgânica dos auditores fiscais

A CCJ fará audiência pública sobre o descumprimento pelo Executivo da obrigação legal (Lei 11.457/07) de enviar ao Congresso projeto de lei orgânica das auditorias federais. O requerimento para o debate é de Marconi Perillo (PSDB-GO). Segundo ele, o Executivo deveria ter enviado esse projeto até 19 de março de 2008. De acordo ainda com o senador, a Receita Federal do Brasil, a chamada Super Receita, foi criada e os auditores fiscais e do trabalho ainda não têm seus direitos, deveres, garantias e prerrogativas devidamente normatizadas. Entre os convidados, estará o secretário da Receita, Otacílio Cartaxo.

Proibido discriminar por inadimplência

A consulta a cadastro de inadimplentes como parte de processos de contratação de trabalhador poderá ser proibida, conforme proposta aprovada pela CCJ. A medida visa impedir discriminação no acesso a emprego. O autor do projeto (PLS 465/09), senador Paulo Paim (PT-RS), afirma que, "se um candidato for inserido no cadastro de proteção ao crédito e assim penalizado por deixar de honrar com suas obrigações financeiras em razão do desemprego, acabará sofrendo uma dupla penalidade". Paim argumenta ainda que será exatamente o novo emprego que possibilitará a essa pessoa se tornar adimplente.

Iniciativa aprovada pela CCJ põe fim a uma discussão: na venda de álcool a menores, deve ser aplicado o Estatuto da Criança e do Adolescente ou a Lei de Contravenções Penais?

Proposta reforça proibição da venda de bebidas a menores

PROJETO QUE TIPIFICA explicitamente como crime vender, fornecer, servir ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente, punível com pena de detenção de dois a quatro anos, além de multa, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos de substitutivo da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT). De autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta incluiu o novo tipo penal no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Serys esclarece, no relatório, que o projeto (PLS 68/09) visa encerrar a discussão doutrinária e jurisprudencial sobre a aplicação – no caso da venda de bebida alcoólica a menores – do próprio estatuto ou da Lei das Contravenções Penais, que fixa prisão simples de dois meses a um ano, ou multa.

O projeto também determina que os rótulos das embalagens de bebidas devem trazer as seguintes advertências: "Evite o consumo excessivo de álcool" e "Venda proibida a menores de 18 anos". Conforme a proposição, nos locais de venda



Wellington Salgado preside reunião em que CCJ acolheu várias proposições

de bebida alcoólica, deverá ser fixada ainda advertência de que são crimes puníveis com detenção dirigir sob a influência de álcool e vender bebida alcoólica a criança ou adolescente. Ela explicou ter optado por concentrar essas últimas normas na lei que já proíbe a venda de cigarros a menores para evitar dificuldade na aplicação das novas regras.

Serys ressaltou não endossar a ideia de Jereissati de fazer constar de toda propaganda de bebida alcoólica a indicação de que sua venda a menores é

crime.

– Não só por acreditarmos que o gosto pelo proibido, próprio da juventude, pode acarretar um incentivo ao consumo, mas também por entender que o tema da publicidade de bebidas alcoólicas deve ser enfrentado em discussão própria, de modo amplo, e não apenas episódico – esclareceu.

O substitutivo foi lido na CCJ por Arthur Virgílio (PSDB-AM), para quem a aprovação da matéria faz parte do esforço da comissão para punir a delinquência no país.

Pai deve decidir se filho pode ver filme impróprio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que confere a pais ou responsáveis o poder de definir se o menor pode assistir a filme ou a outro tipo de espetáculo classificado para idade superior à da criança ou do adolescente, conforme classificação indicativa do Ministério da Justiça.

Acolhida em turno suplementar, a proposta, de autoria de Aloizio Mercadante (PT-SP), estabelece que apenas na hipótese de as crianças ou os adolescentes estarem desacompanhados dos pais ou do responsável é que se configura crime exibir filme, trailer, peça, amostra ou congêneres classifi-

cado pelo órgão competente como inadequado aos menores admitidos no espetáculo.

O texto acolhido pela relatora, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), é uma emenda substitutiva apresentada por Mercadante (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC).

Em entrevista à Agência Senado, Mercadante lembrou que, numa sociedade moderna, as informações estão dentro de casa. Ele deu o exemplo da internet, que permite a um jovem acessar todo tipo de informação – inclusive material que contenha cenas de sexo ou de violência. Citou também a TV a cabo, que exibe filmes com classificação indicativa para diferentes idades.

– Na realidade, quem estabelece os limites são os pais. A classificação é apenas indicativa. Em última instância, quem define o que vai ser visto são os pais. E no cinema não é diferente.

No seu parecer, Patrícia Saboya disse que o artigo 255 do Estatuto da Criança e do Adolescente – que o projeto modifica – "incorporou uma tutela estatal indevida e opressiva ao transferir a um corpo burocrático missão que primordialmente competiria à família: a de orientar os jovens no que se refere à cultura, à educação e ao lazer".

Para a senadora, quem mais tem condições de avaliar a maturidade dos adolescentes é a família, e não agentes do Estado.

Documento fiscal pode ter escrituração eletrônica

O Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66) poderá ser alterado para tornar possível a escrituração e a conservação de documentos fiscais em mídia eletrônica. É o que prevê projeto aprovado pela CCJ. A mudança na forma de conservação de livros de escrituração empresarial e fiscal estará condicionada, segundo o projeto, à edição de regulamento pelo Executivo.

O texto estabelece também que as impressões em papel dos livros e comprovantes de lançamentos conservados eletronicamente terão a mesma força de comprovação do documento original, devendo o responsável pela apresentação responder, civil e criminalmente, por qual-

quer tentativa de adulteração.

O projeto (PLS 461/09 – Complementar), do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovado com emendas do relator, Francisco Dornelles (PP-RJ). Zambiasi explicou que busca com sua proposta a redução dos custos e do espaço físico de armazenamento de documentos.

Em seu projeto original, ele incluía a certificação eletrônica notarial e a autenticação por tabelião de notas como mecanismos de comprovação da autenticidade dos documentos digitalizados, o que foi suprimido por Dornelles. O relator considera adequado remeter essas condições para definição por um regulamento a ser editado pelo

Executivo.

Uma outra emenda de Dornelles estende a possibilidade de utilização do arquivo eletrônico para escrituração de receitas e despesas de partidos políticos, entidades sindicais, instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos. Ele também substituiu a expressão "escrituração comercial" por "escrituração empresarial", por considerá-la mais adequada à unificação das obrigações civis e comerciais promovida pelo Código Civil de 2002.

O projeto segue para exame das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Regras para escolha de diretor de escola

Projeto aprovado pela CCJ estabelece que os sistemas de ensino devem definir a forma de escolha dos dirigentes das escolas públicas. Pelo projeto (PLS 328/05), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a escolha poderá ser feita, entre outras formas, pelo dirigente do órgão responsável pela administração do sistema ou por concurso público. Simon queria inserir também a eleição pela comunidade escolar. Mas o relator da matéria na CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), suprimiu essa possibilidade, porque, conforme lembrou, decisão do Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a eleição direta para diretor de escola pública.

Mudança no ISS de leasing e seguros

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre operações de arrendamento mercantil (*leasing*) de qualquer bem ou de agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros não mais será devido no município em que se localizar o estabelecimento do prestador desses serviços, mas no município em se der essas operações. A mudança sobre o detentor do direito de recolher esse tributo é prevista pelo PLS 266/07 – Complementar, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), aprovado pela CCJ. A matéria teve parecer favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR), na forma de texto substitutivo.

União poderá criar região metropolitana

A União poderá voltar a ter competência para instituir, por meio de lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por municípios limítrofes situados em estados distintos ou pelo Distrito Federal. Essa prerrogativa, retirada na Constituição de 1988, é restabelecida pela PEC 27/08, do senador Adelmir Santana (DEM-DF), aprovada pela CCJ com parecer favorável de Efraim Morais (DEM-PB). Hoje, essa prerrogativa é apenas dos estados. Adelmir explica que a lacuna legal impede a formalização de regiões metropolitanas que ultrapassem as divisas estaduais.

Estatuto da Igualdade Racial fica para 2010

A CCJ decidiu retirar de pauta o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 213/03, que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, adiando a votação para 2010. Na reunião, o autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS), explicou que a retirada da proposta foi acordada com o relator, senador Demotenes Torres (DEM-GO), para que os dois possam discutir melhor a matéria. Paim vem protestando contra as mudanças feitas na Câmara e contra sinalizações de outras alterações no Senado. Segundo ele, a proposta está sendo desfigurada com, por exemplo, a retirada das cotas para negros nas universidades.

**ROBERTO CAVALCANTI
LEMBRA 50 ANOS DA SUDENE**

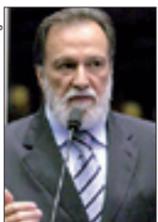


Roberto Cavalcanti

Ao lembrar os 50 anos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que a autarquia teve papel decisivo para o desenvolvimento da região.

A Sudene foi extinta no governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, e a sua recriação foi aprovada pela unanimidade das duas Casas legislativas, conforme registrou o senador. Mas, para ele, a proposta foi "castrada", na medida em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou, na recriação em 2007, a autonomia financeira e a existência do conselho deliberativo da autarquia, pré-requisitos indispensáveis, na avaliação do senador, para que ela possa exercer seu papel.

OSMAR DIAS QUER TRIBUNAL DESPORTIVO EM BRASÍLIA



Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) informou em discurso estar estudando alternativas para obrigar legalmente a transferência do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), atualmente sediado no Rio de Janeiro, para Brasília, onde estão todos os outros tribunais superiores.

Na opinião do parlamentar, a instituição dá tratamento diferenciado aos times do Rio de Janeiro em relação aos dos outros estados, e Brasília seria "campo neutro". Para ele, isso explica a "rigidez" da pena aplicada pelo STJD contra o Coritiba, do Paraná, em virtude da invasão de campo no jogo contra o Fluminense este mês. O clube não poderá utilizar seu estádio por 30 partidas, além de pagar multas que somam R\$ 610 mil.

Para ele, isso explica a "rigidez" da pena aplicada pelo STJD contra o Coritiba, do Paraná, em virtude da invasão de campo no jogo contra o Fluminense este mês. O clube não poderá utilizar seu estádio por 30 partidas, além de pagar multas que somam R\$ 610 mil.

PAIM REGISTRA PROTESTO DE APOSENTADOS DO AERUS



Paulo Paim

Protesto realizado no Rio de Janeiro por aposentados e pensionistas do fundo Aerus foi destacado por Paulo Paim (PT-RS). O senador disse que foram colocadas na praia de Copacabana 1.735 cruzeiros simbolizando os que faleceram aguardando a regularização dos benefícios do fundo criado pelas extintas companhias Vasp, Transbrasil e pela antiga Varig.

Paim classificou o movimento como "emocionante", uma vez que foi realizado pelos beneficiários que estão "na expectativa de que haja uma solução definitiva para um acordo judicial promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), para que voltem a receber a integralidade dos salários quando na ativa". De acordo com o senador, há alguns anos eles estão recebendo somente 8% do que teriam por direito.

Plano de trabalho proposto pelo relator foi aprovado. Jilmar Tatto planeja concluir investigações sobre repasses para entidades de reforma agrária em junho de 2010

CPI do MST define agenda: próxima reunião em fevereiro

OS MEMBROS DA comissão parlamentar mista de inquérito criada para apurar irregularidades em convênios entre a União e entidades de reforma agrária – a chamada CPI do MST – aprovaram ontem seu plano de trabalho proposto pelo relator, deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Ele previu a apresentação e a votação do relatório final para junho de 2010.

A primeira reunião foi marcada para 3 de fevereiro. Serão apreciados requerimentos que já estão à disposição na internet, na página da CPI. Nesse encontro, explicou o presidente da comissão, Almeida Lima (PMDB-SE), também se discutirá o início dos processos de investigação. O senador disse ainda que a comissão não realizará atividades no período de recesso parlamentar, no mês de janeiro. Em sua avaliação, para bem representar a população que o elegeu, o parlamentar precisa visitar seu local de origem.

Entre as atividades previstas no plano de trabalho, estão visitas ao presidente do Tribu-



José Cruz

Tatto (E) e Almeida Lima na CPI: primeiro passo será visitar órgãos de fiscalização

nal de Contas da União (TCU), aos ministros da Justiça e da Controladoria-Geral da União (CGU), ao procurador-geral da República, ao presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao diretor da Polícia Federal. A ideia, explicou o deputado Jilmar Tatto, é tomar conhecimento do que esses órgãos já vêm realizando em relação ao tema, assim como as medidas que pretendem adotar.

O plano também prevê a tomada de depoimentos de representantes de entidades de reforma e desenvolvimento

agrários, de gestores públicos da União responsáveis por convênios e contratos, do TCU, da CGU e da sociedade civil, além de especialistas em estrutura fundiária e reforma agrária.

Destacando que o tema da CPI é polêmico e vai gerar muitos debates, o vice-presidente, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), garantiu que a comissão vai investigar com seriedade. A CPI foi instalada em 9 de dezembro e, de acordo com seu requerimento de criação, tem 180 dias para concluir os trabalhos, prazo que pode ser prorrogado.

Costa: Brasil terá 90 milhões de pontos de internet

O Brasil deverá ter 90 milhões de pontos de internet. Essa pretensão do governo foi explicitada ontem pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, durante a última audiência pública do ano da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Hélio Costa informou que seu ministério e outros órgãos do governo prepararam sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Banda Larga, as quais serão avaliadas pelo presidente Lula ainda em janeiro.

A decisão final sobre o plano – que vai gerar um projeto, podendo inclusive suscitar a criação de uma nova estatal para gerir a expansão da internet no Brasil – deverá ocorrer até 20 de janeiro de 2010, previu Hélio Costa.

O ministro enfatizou que a principal intenção do governo federal é prover a todos os



J. Freitas

Ao lado de Flexa Ribeiro, Hélio Costa (E) debate com senadores da comissão

brasileiros – inclusive os da área rural – o acesso rápido à rede mundial de computadores a um preço bem inferior ao que está sendo cobrado atualmente. Para tanto, disse ele, o Brasil terá que migrar mais rapidamente do acesso discado à internet para o uso de banda larga – hoje os dois sistemas são usados no país.

Outra providência para que a internet rápida seja populizada foi a implementação do Plano Nacional de Banda Larga nas escolas ao final de 2008. O programa já permitiu que 46 mil escolas públicas estejam conectadas – número que deverá chegar a 80 mil até o final de 2010 e ao total de 182 mil até 2014, inclusive as da zona rural.

Além da luz é lançado no Senado

O filme *Além da luz*, do cineasta Ivy Goulart, foi lançado ontem nacionalmente, no Senado Federal, como parte da programação da 5ª Semana da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pela instituição.

Com temática e técnica voltadas para a deficiência visual, o documentário foi exibido pela primeira vez na Organização das Nações Unidas, em Nova York, por ocasião do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 3 de dezembro deste ano.

Além da luz conta a história de Louis Braille (1809-1852), criador do método de leitura tátil para deficientes visuais, simultaneamente às experiências de seis brasileiros que, apesar de não enxergarem, conseguem realizar tarefas cotidianas com a ajuda de terceiros ou de forma independente.

As filmagens foram feitas no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e em Coupvray, na França, onde nasceu Louis Braille. O cineasta explicou que sua intenção, ao mostrar a cidade e a vida de Braille, é

sensibilizar a sociedade para a importância da inclusão das pessoas com deficiência.

O filme conta com técnicas de dublagem para deficientes auditivos e técnicas de audiodescrição, com a narração de cenas silenciosas, para deficientes visuais. Para Goulart, "não faria sentido fazer um filme sobre pessoas com deficiência sem incluí-las como público". O cineasta diz que a melhor forma de incluir as pessoas com deficiência é por meio da informação e da educação.

JARBAS REPUDIA DECISÃO DO STF SOBRE JORNAL

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) repudiou a decisão tomada na semana passada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve a censura imposta por um juiz de primeira instância ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que continuará proibido de divulgar informações sobre a Operação Boi Barrica, da Polícia Federal, na qual é investigado o empresário Fernando Sarney.



Jarbas Vasconcelos

O parlamentar disse ainda que discorda de opinião já manifestada por José Sarney, de que a decisão do STF não pode ser discutida.

– O que não se deve é desrespeitar decisões da Justiça. Na democracia, diferentemente de regimes totalitários, qualquer decisão pode e deve ser questionada – disse Jarbas.

AZEREDO APONTA ERROS DA DIPLOMACIA SOB LULA

Os responsáveis pelas relações internacionais do Brasil cometeram diversos erros durante o ano, em especial no caso de Honduras. A afirmação foi feita por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao analisar a atuação da diplomacia brasileira em 2009.



Eduardo Azeredo

– O governo brasileiro insistiu em apoiar o ex-presidente Manuel Zelaya, hospedado desde setembro na embaixada do Brasil em Tegucigalpa, mesmo depois da derrota dos seus partidários em eleições livres.

Segundo Azeredo, o governo falhou em outras questões, como na participação na Roda da Doha; no apoio ao candidato egípcio para a diretoria-geral da Unesco; e no apoio aos resultados da eleição presidencial no Irã e às ambições nucleares de Mahmoud Ahmadinejad.

MARISA: DESAFIO É TORNAR ESCOLA INTERESSANTE

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que o maior desafio da educação não é colocar todas as crianças nas escolas, mas garantir a oferta de um ensino de qualidade. Segundo a senadora, ainda é preciso encontrar mecanismos que tornem a escola interessante aos próprios alunos, como forma de aprimorar os conhecimentos e impedir a evasão escolar.



Marisa Serrano

– Nossas crianças e jovens têm computador e acessam a internet, têm interface e proximidade com o mundo mais rápida que qualquer um de nós – afirmou, observando que "um povo bem educado produz com mais eficiência, respeita o meio ambiente, evita o desperdício, sabe prevenir epidemias, promove qualidade de vida e sabe usufruir de todas as inovações tecnológicas".